

# Censo alto e capacidade cívica

25. V. 52 RAUL PILLA

**E**SCREVENDO-ME a respeito da corrupção eleitoral, preconiza um benevolente leitor, para combater este e outros males democráticos, a adoção do censo alto para as eleições federais, do censo médio, para as estaduais, do censo baixo para as municipais.

A idéia, praticada na Bélgica, é engenhosa: seleciona o eleitorado de acôrdo com a importância e complexidade da eleição. Mas tem, a meu ver, um defeito capital — o censo alto ou restrito.

Como fazer, com efeito, a discriminação dos eleitores, como avaliar-lhes a capacidade cívica, senão por sinais extrínsecos e, portanto, falíveis?

O critério mais usual é o da renda: só tem direito a voto as pessoas que alcancem determinada renda ou paguem certos impostos. Corra, porém, o meu leitor os olhos em tórno de si. Que verá? Que muita gente rica, economicamente independente, outra preocupação não tem, na vida, senão a dos seus interesses imediatos, ao passo que pessoas humildes e economicamente dependentes, têm do seu dever cívico uma alta concepção. Inteiramente falho é, pois, o critério da renda, já que nenhuma relação existe entre ela e a capacidade cívica.

Outro critério, por certo, mais razoável, é o do grau de instrução. Privados os analfabetos do direito de voto, pareceria natural atribuir um único voto aos que tivessem recebido somente instrução primária, dois votos aos que tivessem completado um curso secundário, três aos que fôsem portadores de um título universitário; ou, adotando a solução proposta pelo missivista, facultar aos primeiros somente as eleições municipais; aos segundos também as estaduais e só aos terceiros atribuir as eleições federais. Mas, ainda aqui falha o critério, por uma razão muito simples: a instrução, por si só, não dá consciência cívica, fundamento verdadeiro da capacidade eleitoral. Cansado estou eu de fazer a seguinte observação no meu Estado, o Rio Grande do Sul: um peão de estância, às vêzes inteiramente analfabeto, tem mais segura visão dos problemas políticos e maior probidade no resolvê-los do que muito doutor, ou professor universitário, o qual, ou ignora inteiramente a política, ou dela só pretende os proventos. Ainda aqui, pois, falha o censo alto, por não haver nenhum sinal seguro de capacidade cívica.

Por isto, entendo que a melhor solução ainda é o sufrágio universal, dêle excluídos apenas os analfabetos. Por certo, é mister educar o nosso eleitorado. Mas essa educação não é a riqueza, nem a instrução quem a dá: é a própria atividade política quem a faz. Se não há democracia sem democratas, também não pode haver democratas sem democracia.

Leva-nos isto a uma outra questão: a do sistema político. Reconhecem todos os publicistas que o regime parlamentar favorece a educação cívica do povo, enquanto o presidencial nada faz por ela. Com este, mantém-se baixa a capacidade cívica; com aquêle, vai-se ela continuamente apurando. Mas esta tese nos levaria muito longe.